

ÍNDICE SISTEMÁTICO

<i>Prefácio à 5ª edição</i>	XI
<i>Prefácio</i>	XIII
<i>Prólogo</i>	XV
 1 – Conceito de dano moral	 1
1. Etimologia da palavra dano	1
2. Diferença entre dano material e dano moral	7
3. Conceito de dano moral	7
4. A crítica à terminologia da expressão “dano moral”	13
5. O sentido almejado pelo legislador na adoção do vocábulo	16
6. O sentido que melhor se adapta à terminologia “dano moral”	16
7. Conclusões	18
 2 – Antecedentes históricos	 21
1. O Código de Hamurabi	21
2. O Código de Manu	25
3. Evolução histórica do dano na China, no Egito, na Grécia e em Roma	27
3.1. <i>China</i>	27
3.2. <i>Egito</i>	28
3.3. <i>Grécia</i>	29
3.4. <i>Roma</i>	29
4. Aspectos históricos dos danos morais na Alemanha	33
5. Aspectos históricos dos danos morais na Itália	35
6. Aspectos históricos dos danos morais na França	36
7. Conclusões	37
 3 – Direito Comparado	 41
1. Direito europeu	41
1.1. <i>Direito francês</i>	41
1.2. <i>Direito italiano</i>	45

1.3. <i>Direito alemão</i>	50
1.4. <i>Direito português</i>	53
2. <i>Direito anglo-americano</i>	58
2.1. <i>Direito mexicano</i>	58
2.2. <i>Direito americano</i>	60
3. <i>Direito latino-americano</i>	63
3.1. <i>Direito argentino</i>	63
3.2. <i>Direito chileno</i>	65
3.3. <i>Direito peruano</i>	67
4. <i>Conclusões</i>	68
4 – O dano moral na reparação civil	71
1. Corrente de doutrinadores que admitem a reparação do dano moral	71
2. Corrente de doutrinadores que não admitem a reparação do dano moral	80
3. A constitucionalização dos danos morais no direito brasileiro	82
4. A incorporação do instituto da reparação dos danos morais no Código Civil brasileiro de 2002	87
5. A consagração da reparação dos danos morais na doutrina brasileira	90
6. A incorporação dos danos morais na jurisprudência brasileira	93
7. <i>Conclusões</i>	94
5 – Classificação do dano moral segundo o gravame produzido na vítima	97
1. A reparação dos danos morais e a personalidade agravada	97
2. A classificação ternária de Limongi França	102
2.1. <i>Direito à integridade física</i>	102
2.2. <i>Direito à integridade intelectual</i>	107
2.3. <i>Direito à integridade moral</i>	109
3. A classificação de Gabba	112
4. <i>Conclusões</i>	114
6 – Fundamentos jurídicos do dano moral no âmbito do direito brasileiro	117
1. Comentários ao artigo 5º, incisos V e X, da Constituição Federal de 1988	117
2. Comentários aos artigos 186 e 927 do Código Civil brasileiro	119
3. A reparação dos danos morais provenientes de lesão à honra da pessoa humana ou da depreciação que ela sofreu	123
4. Reparação dos danos morais prevista em leis especiais	129
5. Breve retrospecto sobre o anteprojeto do Código Civil brasileiro (artigos 184, 963 e 989, parágrafo único)	133
6. <i>Conclusões</i>	135
7 – O patrimônio moral	139
1. Os valores éticos e espirituais do ser humano	139
2. Os direitos da personalidade	144
3. O dano moral	148
4. <i>Conclusões</i>	153
8 – A reparação do dano moral	155
1. O dever de reparar o dano moral	155

2. A função da indenização.....	159
3. O princípio <i>restitutio in integrum</i> ou teoria da integralidade	170
4. A ideia da compensação dos danos morais.....	175
5. A ideia de satisfação da vítima	179
6. A estima social e a imagem das pessoas	185
7. Parâmetros para aferir a dor moral.....	187
8. Reflexos sociais da reparação do dano moral.....	195
9. Conclusões.....	198
9 – O direito positivo, a doutrina e a jurisprudência perante o dano eminentemente moral.....	201
1. O direito positivo e o dano moral.....	201
2. A doutrina e a construção do dano moral	206
3. A jurisprudência do dano puramente moral	221
4. Conclusões.....	230
10 – A incidência do dano moral nas diversas relações.....	233
1. O dano moral nas relações consumeristas	233
2. O ato lesivo da honra e da boa fama do empregado e o dano moral em face da Constituição Federal de 1988.....	254
3. O dano moral no direito de família	275
4. Os danos morais na atividade do profissional odontólogo.....	285
5. O dano à pessoa no Direito Civil brasileiro	311
6. O abuso de direito nas relações privadas e seus reflexos nos direitos da personalidade	331
7. Responsabilidade civil pelo fato ou guarda de cães ferozes	357
8. O valor da causa no pedido de danos morais	372
9. A constitucionalização dos danos morais	381
10. Os direitos da personalidade e os danos morais.....	412
11. Conclusões.....	441
Bibliografia.....	443